

**Rede de Ensino Doctum
Faculdades Doctum de Guarapari**

**Jornadas Científicas
Sessões de Apresentação dos Trabalhos de
Conclusão de Curso
Direito – 2023**

Ano V, N.1, 2023

EXPEDIENTE

Presidente

Cláudio Cezar Azevedo de Almeida Leitão

Diretor de Ensino

Sander Justino Persiano Neves

Coordenadora de Pesquisa

Victor Freitas Lopes Nunes

Coordenação Geral dos Cursos de Direito

Patrick Luiz Martins Freitas Silva

Coordenação do Curso de Direito das Faculdades Doctum de

Guarapari

Rubens Dos Santos Filho

Autor Corporativo

Rede de Ensino Doctum

Instituto Ensinar Brasil

SUMÁRIO

O ACESSO ÀS ARMAS EM MEIO A INEFICÁCIA ESTATAL NA PROTEÇÃO DO CIDADÃO	5
Pedro Antônio Lacerda Motta; Thiago Passos Da Rocha Vassoler; Joadir de Souza JUnior	
POLIAMOR: A FORMALIZAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS, E SUA RESCISÃO SEGUNDO PARÂMETRO DO CNJ	6
Ana Carolina de Jesus Batista; Cassiany Fregonassi Cascalho; Naye Vechi Porfirio; Cristina Celeida Palaoro Gomes	
PRESCRIÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS EFEITOS DA EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO	7
Nícolas Pulier de Lima Roca; Fabrício da Mata Corrêa	
PRISÃO EM FLAGRANTE: ANTECEDENTES POR TRÁFICO DE DROGAS E A IMPOSSIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DA BUSCA DOMICILIAR	8
Cinthia Faccion da Silva; Mariana Araújo Campos; Rafael Nossa Gobbi	
REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS EM CASO DE ABANDONO AFETIVO	9
Francisco José de Oliveira; Erisvaldo Santos Do Nascimento; Cristina Celeida Palaoro Gomes	
ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS GOLPES DO PIX: RESPONSABILIDADE OBJETIVA OU CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA?	10
Karolina Freire de Oliveira; Maria Eduarda Gabriela Lousada Santana; Mariana Mutiz de Sà	
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA NO ACESSO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	11
Camila Gonçalves Guimarães; Cristina Celeida Palaoro Gomes	

A EXCEPCIONALIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MATERIAL PROBATÓRIO NAS CONDENAÇÕES POR CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS	12
Gabriela Rosa Bridi; Nathalia Griffo de Andrade Faria; Renata da Silva Barboza; Rafael Nossa Gobbi	
O CONCEITO JURÍDICO CIVIL DE PESSOA E O INÍCIO DA PERSONALIDADE: DIREITOS DO NASCITURO E ABORTO	13
Luiz Felipe Muniz Rocha; Cristina Celeida Palaoro Gomes	
CONTROVÉRSIAS SOBRE A ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE E SEUS EFEITOS	14
Johnny Silva Andrade; Rômulo José da Rocha Vaz; Rafael Nossa Gobbi	
INSTITUIÇÃO DA AUDIÊNCIA HÍBRIDA VERSUS O PRÍNCÍPIO DA AMPLA DEFESA	15
Débora da Silva Shulte; Fabricio da Mata Corrêa	
AS <i>FAKES NEWS</i>: INFLUÊNCIAS NO PROCESSO ELEITORAL	16
Joyce Rodrigues Viana; Joadir de Souza Junior	
PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE E SEU ASPECTO PUNITIVO E PEDAGÓGICO: A PROBLEMÁTICA DA RESSOCIALIZAÇÃO	17
Patricia Almeida do Nascimento; Fabrício da Mata Corrêa	
PEDOFILIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PENA DE CASTRAÇÃO QUÍMICA	18
Bruno Modolo Beninca; Welliton Marques Roveta; Joadir de Souza Junior	
PRESERVAÇÃO DA HIGIEDEZ MENTAL DA CRIANÇA FRENTE A MULTIPARENTALIDADE	19
Bianca Maria de Oliveira Borges; Marqueli Dadalto Rigotti; Roberta Martins Lourenço; Cristina Celeida Palaoro Gomes	

O ACESSO ÀS ARMAS EM MEIO A INEFICÁCIA ESTATAL NA PROTEÇÃO DO CIDADÃO

Pedro Antônio Lacerda Motta¹

Thiago Passos Da Rocha Vassoler²

Joadir de Souza Junior³

RESUMO

Esse trabalho monográfico fala sobre a posse de arma de fogo no Brasil. Esse tema é muito complicado e controverso e tem sido amplamente abordado na sociedade. O debate envolve questões relacionadas à segurança pública, direitos individuais, impacto na criminalidade e na violência, entre outros. Atualmente, a legislação brasileira regulamenta a posse de armas por meio do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003, que estabelece critérios e requisitos para a aquisição, registro, posse e porte de armas de fogo. É fundamental considerar a complexidade da realidade brasileira, com altos índices de violência e criminalidade, bem como as particularidades regionais. Diante disso, é importante buscar políticas públicas efetivas e baseadas em evidências para abordar a questão. Isso inclui investir em programas de prevenção ao crime, combate ao tráfico de armas, controle e fiscalização mais rigorosos, além de promover o debate público e a participação da sociedade na discussão das políticas de segurança. Tendo como princípios as análises e estudos sobre o tema conclui-se que a questão a posse de arma de fogo no Brasil envolve um equilíbrio delicado entre direitos individuais e a segurança coletiva. É importante também ressaltar que a opinião pública sobre o tema pode variar e, portanto, é de suma importância considerar diferentes perspectivas para uma análise completa e abrangente da posse de arma de fogo no Brasil.

Palavras-Chave: Armas 1. Posse 2. Segurança 3. Desarmamento 4. Lei 5.

¹ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.pedro.motta@doctum.edu.br

² Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.thiago.vassoler@doctum.edu.br.

³ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Mestrando em Direito, Pós-graduado em Direito Tributário, Orientador deste trabalho. Contato: prof.joadir@gmail.com

POLIAMOR: A FORMALIZAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS, E SUA RESCISÃO SEGUNDO PARÂMETRO DO CNJ

Ana Carolina de Jesus Batista⁴

Cassiany Fregonassi Cascalho⁵

Naye Vechi Porfirio⁶

Cristina Celeida Palaoro Gomes⁷

RESUMO

O presente trabalho monográfico trouxe por base nos estudos doutrinários e jurídicos dos relacionamentos poliamoristas da nossa atual sociedade. Desde sua formalização até a rescisão do mesmo segundo os parâmetros do CNJ. Ao qual o mesmo encontra-se com o objetivo de investigar como este vínculo afetivo é visto no âmbito jurídico brasileiro e como são designadas essas múltiplas relações de forma simultânea, com consenso e igual.

Palavras-chave: Poliamor. Família. Vínculo Afetivo. Doutrina. Múltiplas Relações.

⁴ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.ana.jesus@doctum.edu.br.

⁵ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.cassiany.cascalho@doctum.edu.br.

⁶ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.naye.porfirio@doctum.edu.br.

⁷ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Direito Público, Orientadora deste trabalho; Contato: crispalaoro@hotmail.com.

PRESCRIÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS EFEITOS DA EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO

Nícolas Pulier de Lima Roca⁸

Fabício da Mata Corrêa⁹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os efeitos causados pela expedição de mandado de busca e apreensão nos processos de apuração de ato infracional, também válido para aqueles de execução de medida socioeducativa, tendo por base diferentes visões de Tribunais de Justiça do país. Por não ser um tema pacificado, serão apresentadas jurisprudências a respeito do tema proposto, analisando-as frente aos princípios do direito infantojuvenil, bem como em relação à questão do caráter educativo da medida socioeducativa. Com isso, através do método dedutivo, será apresentada a melhor proposta, na visão do autor, a ser aplicada quando da expedição do mandado de busca e apreensão nos processos envolvendo adolescentes infratores.

Palavras-chave: Atos Infracionais; Prescrição; Mandado; Busca e Apreensão; Efeitos

⁸ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: nicolaspulier.lr@gmail.com

⁹ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Ciências Penais. Orientador deste Trabalho. Contato: fabricio.jus@gmail.com

PRISÃO EM FLAGRANTE: ANTECEDENTES POR TRÁFICO DE DROGAS E A IMPOSSIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DA BUSCA DOMICILIAR

Cinthia Faccion da Silva¹⁰

Mariana Araújo Campos¹¹

Rafael Nossa Gobbi¹²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender a construção jurisprudencial e doutrinária acerca da impossibilidade da prisão em flagrante daqueles em que sua privacidade domiciliar foi violada ilegalmente, sem base sólida. O simples fato de o acusado ter antecedente por tráfico de drogas não autoriza a realização de busca domiciliar, porquanto desacompanhado de outros indícios concretos e robustos de que, nesse momento específico, ele guarda drogas em sua residência. Serão demonstradas as causas legais da prisão em flagrante previstas na legislação pátria. A fim de alcançar estes objetivos, esta pesquisa monográfica adotará o método de abordagem dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica, utilização de normas penais e processuais penais, para assim relacioná-los aos precedentes dos entendimentos jurisprudenciais acerca do tema abordado e avaliar o impacto destas decisões no tema em estudo.

Palavras-chave: Inviolabilidade. Tráfico. Prisão em Flagrante. Antecedentes Criminais

¹⁰ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: cindfac@gmail.com

¹¹ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: mmarianaac@icloud.com

¹² Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal - UCAM, Pós-graduado em Ordem Jurídica e Cidadania - EESMPES/FDV. Orientador deste Trabalho. Contato: rafaelnossagobbi@hotmail.com

REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS EM CASO DE ABANDONO AFETIVO

Francisco José de Oliveira¹³

Erisvaldo Santos Do Nascimento¹⁴

Cristina Celeida Palaoro Gomes¹⁵

RESUMO

Ao decorrer da pesquisa serão traçados alguns pontos importantes para uma melhor compreensão do tema. Inicialmente será abordada a progressão do conceito de família após a Constituição Federal de 1988 e como essas mudanças interferiram no vínculo afetivo, onde posicionam todos os membros da família a um mesmo patamar. Em seguida apresentam-se os princípios, que são considerados de extrema importância, já que é a partir deles que demonstram o quanto importante é a família na vida do descende. Sendo assim, o trabalho tem como discussão o abandono afetivo por parte do genitor gera alguma reparação do dano e se a falta de convivência fere o princípio da dignidade humana, verificando as consequências que essa atitude pode acarretar à sua prole. Portanto, será trilhado um caminho para mostrar que o filho tem o direito de ser indenizado por este abandono, averiguando entendimentos doutrinários, decisões dos Tribunais e perspectivas legislativas para melhor desenvolver este assunto.

Palavras-chave: Família. Abandono Afetivo. Dano Moral. Reparação. Indenização.

¹³ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari.

¹⁴ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari.

¹⁵ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Orientadora deste trabalho. Especialista em Direito Público; cristinapalaoro@hotmail.com

ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS GOLPES DO PIX: RESPONSABILIDADE OBJETIVA OU CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA?

Karolina Freire de Oliveira¹⁶

Maria Eduarda Gabriela Lousada Santana¹⁷

Mariana Mutiz de Sà¹⁸

RESUMO

O presente artigo visa abordar sobre a responsabilidade civil das instituições financeiras (IF's) no que concerne aos danos sofridos pelos consumidores, e usuários em decorrência de fraudes e golpes financeiros utilizando o PIX como ferramenta, bem como indagar as nuances em caso de culpa exclusiva da vítima. O estudo da pesquisa foi desenvolvido visando tema de grande relevância social em virtude da massiva utilização da referida ferramenta em debate. Para a concretização foram utilizados métodos de pesquisa documental e bibliográfica, com a finalidade de esclarecer e desenvolver conceitos e ideias. Fora, ainda, constatado que diariamente os tribunais têm se posicionado a considerar interpretações sobre a temática, mas trata-se, ainda, de uma questão recente, que vem evoluindo nos últimos anos, proporcionando maior segurança no ordenamento jurídico brasileiro no sentido de aplicar a responsabilização às instituições bancárias pela ocorrência do golpe do PIX, tendo como base a súmula 479, uma vez que não existe Lei garantida sobre determinado tema, entretanto, também é necessário analisar a ação da vítima.

Palavras-chave: Golpe do pix. Responsabilidade civil objetiva. Culpa exclusiva da vítima. Dano moral. Ônus da prova.

¹⁶ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.karolina.oliveira@doctum.edu.br

¹⁷ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.maria.lousada@doctum.edu.br

¹⁸ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Mestra em Direito e Garantia Fundamentais. Orientadora deste trabalho. Contato: prof.mariana.sa@doctum.edu.br

UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA NO ACESSO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Camila Gonçalves Guimarães¹⁹

Cristina Celeida Palaoro Gomes²⁰

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da pandemia da COVID-19 no acesso à educação dos alunos com deficiência. A pandemia trouxe desafios sem precedentes para a educação, afetando particularmente os alunos com deficiência. O ensino à distância foi implementado devido ao isolamento social, o que afetou a educação de alunos com deficiência. A pandemia aprofundou a exclusão, especialmente na educação inclusiva. Alunos com deficiência correm um risco maior de abandono escolar durante a pandemia. A situação destacou problemas como a falta de recursos digitais e a dificuldade de aprendizagem dos alunos. A pandemia também impactou a saúde mental de crianças e jovens. Este estudo busca entender melhor esses desafios e propor soluções para mitigar os impactos negativos da pandemia na educação dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Pandemia da COVID-19. Políticas Públicas. Acesso à Educação. Alunos com deficiência. Educação Inclusiva.

¹⁹ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.camila.guimaraes@doctum.edu.br

²⁰ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Orientadora deste trabalho. Especialista em Direito Público; cristinapalaoro@hotmail.com

A EXCEPCIONALIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MATERIAL PROBATÓRIO NAS CONDENAÇÕES POR CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS

Gabriela Rosa Bridi²¹

Nathalia Griffo de Andrade Faria²²

Renata da Silva Barboza²³

Rafael Nossa Gobbi²⁴

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade o estudo acerca da excepcionalidade da interceptação telefônica como meio de prova nas condenações por crimes de tráfico de drogas no direito processual penal, diante das situações de conflito com os direitos fundamentais do indivíduo, a partir de pesquisas bibliográficas. Utilizando-se do método de pesquisa foram feitas considerações acerca dos aspectos gerais do crime de tráfico de drogas, sobre a interceptação telefônica como ferramenta na investigação policial, liberdade de comunicação, bem como, análises jurisprudências e doutrinarias analisando de forma crítica a Lei 9.296/96, que regulamenta o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal de 1988. Por fim, constatou-se que a interceptação telefônica é necessária em determinadas situações por ser muitas das vezes o único meio de prova que existe, porém, deve haver uma austeridade para evitar vícios ou ilegalidades, pois é uma medida de *ultima ratio*.

Palavras-chave: Interceptação telefônica 1. Tráfico de drogas 2. Direitos fundamentais 3. Condenação 4. Medida excepcional 5.

²¹ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.gabriela.bridi8@doctum.edu.br.

²² Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.nathalia.faria@doctum.edu.br.

²³ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.renata.barboza@doctum.edu.br

²⁴ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal - UCAM, Pós-graduado em Ordem Jurídica e Cidadania - EESMPES/FDV. Orientador deste trabalho. Contato: rafaelnossagobbi@hotmail.com

O CONCEITO JURÍDICO CIVIL DE PESSOA E O INÍCIO DA PERSONALIDADE: DIREITOS DO NASCITURO E ABORTO

Luiz Felipe Muniz Rocha²⁵

Cristina Celeida Palaoro Gomes²⁶

RESUMO

O conceito jurídico de pessoa e o início da personalidade são temas cruciais no direito, especialmente nos contextos dos direitos do nascituro e do aborto. Essas discussões abrangem aspectos legais, morais, éticos e sociais, refletindo as complexidades da sociedade atual. A definição legal de pessoa é essencial, pois determinam direitos e responsabilidades. Os direitos do nascituro visam protegê-lo desde a concepção até o nascimento, incluindo direitos como herança, alimentos e vida. No entanto, atribuir personalidade jurídica ao nascituro gera desafios complexos, especialmente no contexto do controverso tema do aborto, que envolve considerações éticas, religiosas e legais, incluindo a autonomia da mulher sobre seu corpo e circunstâncias como riscos à saúde da gestante e casos de estupro. Este estudo analisa o conceito jurídico de pessoa e o início da personalidade em relação aos direitos do nascituro e ao aborto por meio de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica. Conclui-se que essa discussão está intrinsecamente ligada a esses temas complexos, exigindo uma análise cuidadosa das diferentes perspectivas éticas, morais e legais envolvidas. Encontrar um equilíbrio entre a proteção dos direitos do nascituro e as circunstâncias individuais continua sendo um desafio central para os sistemas jurídicos e a sociedade em geral.

Palavras-chave: Direito Civil. Nascituro. Aborto.

²⁵ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.luiz.muniz@doctum.edu.br

²⁶ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Orientadora deste trabalho. Especialista em Direito Público; cristinapalaoro@hotmail.com

CONTROVÉRSIAS SOBRE A ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE E SEUS EFEITOS

Johnny Silva Andrade²⁷

Rômulo José da Rocha Vaz²⁸

Rafael Nossa Gobbi²⁹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer sobre a ilegalidade no ato da prisão em flagrante e seus efeitos, destacando suas controvérsias. Através de um estudo analítico, pesquisas atualizadas, e por meio de perguntas aos cidadãos, insere-se também neste artigo algumas hipóteses sobre o motivo da criminalidade brasileira ser tão acentuada, ao ponto de causar indignação popular. Contudo, no tocante à legislação brasileira, visa apontar mudanças recentes e compreender os fatores que implicam na ilegalidade da prisão, assunto do qual se observa vários questionamentos por parte da sociedade. Sabemos que atualmente há muitas saídas para que o infrator se livre da punição, isso decorre de diversos fatores, tanto por meio do próprio direito, quanto por meio de brechas na legislação penal ou processual penal. Não podendo deixar de mencionar a lentidão do sistema Judiciário e as interpretações dos Magistrados perante aos fatos descritos nos processos. Por fim, este trabalho expõe uma conclusão sobre o estudo realizado de modo a representar a voz da classe social mais prejudicada com as lacunas contidas no arcabouço legislativo e jurídico. Espera-se com este artigo incitar novos estudos que possam vir a contribuir com melhorias para a sociedade em questão.

Palavras-chave: Prisão em flagrante. Legislação Brasileira. Criminalidade. Indignação popular.

²⁷ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari.

²⁸ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari.

²⁹ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal – UCAM, Pós-graduado em Ordem Jurídica e Cidadania – EESMPES/FDV. Orientador deste trabalho. Contato: rafaelnossagobbi@hotmail.com

INSTITUIÇÃO DA AUDIÊNCIA HÍBRIDA VERSUS O PRÍNCÍPIO DA AMPLA DEFESA

Débora da Silva Shulte³⁰

Fabricio da Mata Corrêa³¹

RESUMO

Este estudo investiga as mudanças nas práticas judiciais no Brasil, com foco nas audiências presenciais e híbridas durante a pandemia de COVID-19, particularmente no contexto da justiça processual penal. Explora como as medidas adotadas durante a pandemia modificaram o funcionamento do sistema judicial, afetando a acessibilidade e a eficiência processual. A pesquisa procura entender como a implementação de audiências híbridas, que integram elementos presenciais e virtuais, ajudou na adaptação do sistema judicial aos desafios impostos pela crise de saúde global. A metodologia adotada nesta pesquisa é exploratória, caracterizando-se por uma revisão bibliográfica abrangente que inclui a análise de legislação, artigos acadêmicos e opiniões de especialistas. O objetivo do trabalho é avaliar o impacto das audiências híbridas, abordando tanto seus aspectos positivos quanto os desafios, além de suas consequências para o acesso à justiça. O estudo considera as experiências de juízes, advogados, réus e vítimas, examinando como essas práticas modificam a experiência jurídica e os direitos processuais. Inclui também uma discussão sobre a digitalização do processo penal no Espírito Santo, finalizando com uma análise dos aspectos favoráveis e desfavoráveis das audiências online. Este artigo científico pretende contribuir para o debate jurídico acerca da adaptação do sistema judicial em momentos de crise, destacando a necessidade de inovação e capacidade de adaptação.

Palavras-chave: Audiências híbridas; Eficiência judicial; Tecnologia; Processo penal; Inovação no direito.

³⁰ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: deborasschulte@gmail.com

³¹ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Ciências Penais. Orientador deste Trabalho. Contato: fabricio.jus@gmail.com

AS FAKES NEWS: INFLUÊNCIAS NO PROCESSO ELEITORAL

Joyce Rodrigues Viana³²

Joadir de Souza Junior³³

RESUMO

O presente artigo aborda de forma abrangente os desafios e impactos das *fake news* no processo democrático e eleitoral. Destaca como as notícias falsas podem minar a confiança pública, distorcer os eventos políticos e influenciar o resultado das eleições. Aponta a disseminação desenfreada de informações enganosas, muitas vezes via redes sociais, como uma estratégia comum na política contemporânea. É destacado a importância da colaboração entre autoridades eleitorais, mídias sociais e organizações na luta contra os factoides. o texto destaca a complexidade e seu impacto nas eleições, enfatizando a importância da colaboração, educação e legislação para combater esse problema e proteger a integridade do processo democrático. Além disso, enfatiza a necessidade de educar o público para identificar e evitar notícias falsas, promovendo o uso de fontes confiáveis e a verificação de informações. A menção ao projeto de Lei nº 2630, de 2020, conhecido como Lei das *Fake News*, destaca a importância da legislação para lidar com o problema, mas também reconhece os debates sobre a liberdade de expressão.

Palavras-chave: *Fake news* 1. Eleição 2. Legislação 3. Democracia 4. Redes sociais 5.

³² Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.joyce.viana@doctum.com.edu.br

³³ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Mestrando em Direito, Pós-graduado em Direito Tributário, Orientador deste trabalho. Contato: prof.joadir@gmail.com

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE E SEU ASPECTO PUNITIVO E PEDAGÓGICO: A PROBLEMÁTICA DA RESSOCIALIZAÇÃO

Patricia Almeida do Nascimento³⁴

Fabício da Mata Corrêa³⁵

RESUMO

A pena é vista como meio de castigo e regeneração do indivíduo que pratica ato delituoso na sociedade democrática, o objetivo é destacar como o Estado compõe e exerce essa punição contra o condenado, apontando os aspectos punitivos pedagógicos existentes na pena aplicada, inclusive os limitadores estatais, de forma que o indivíduo seja ressocializado para viver de forma harmônica na sociedade, apontando as principais crises da ressocialização.

Palavras-chave: Punibilidade 1. Ressocialização 2. Pena privativa de liberdade 3. Execução penal 4. Pedagógico 5.

³⁴ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.patricia.nascimento@doctum.edu.br

³⁵ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Especialista em Ciências Penais. Orientador deste Trabalho. Contato: fabricio.jus@gmail.com

PEDOFILIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PENA DE CASTRAÇÃO QUÍMICA

Bruno Modolo Beninca³⁶

Welliton marques Roveta³⁷

Joadir de Souza Junior³⁸

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a inconstitucionalidade do tema, que versa sobre a castração química como forma de punição frente aos crimes contra a dignidade sexual. Sendo assim, a partir do conceito de pedofilia e da própria castração química, o artigo vai analisar os obstáculos constitucionais para a sua aprovação. Importante consignar que um fato que chama a atenção no estudo da pedofilia é a possibilidade da castração química como forma de punição, já que ela é utilizada em vários países com resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Pedofilia; Castração química; Inconstitucionalidade.

³⁶ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.bruno.beninca@doctum.edu.br

³⁷ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.welliton.roveta@doctum.edu.br

³⁸ Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Mestrando em Direito, Pós-graduado em Direito Tributário, Orientador deste trabalho. Contato: prof.joadir@gmail.com

PRESERVAÇÃO DA HIGIDEZ MENTAL DA CRIANÇA FRENTE A MULTIPARENTALIDADE

Bianca Maria de Oliveira Borges³⁹

Marqueli Dadalto Rigotti⁴⁰

Roberta Martins Lourenço⁴¹

Cristina Celeida Palaoro Gomes⁴²

RESUMO

O tema família está sempre em transformação, bem como os direitos inerentes a esse instituto. A parentalidade por socioafetividade é um dos direitos contemporâneos adquiridos, e trouxe diversas importantes modificações no direito brasileiro. A possibilidade da multiparentalidade trouxe sem dúvidas pontos positivos para diversas famílias, todavia, existem diversas consequências desse reconhecimento que muitas vezes podem conturbar o bem-estar dos envolvidos. O objetivo deste trabalho é abordar todos os aspectos positivos e negativos da multiparentalidade, e como isso afeta a parte central e mais sensível de toda situação, o menor envolvido. Propõe-se, assim, apresentar reflexões e analisar os limites dos direitos reconhecidos, para que se assegure sempre o bem-estar do menor, e que sempre lhe seja dada toda assistência necessária para seu desenvolvimento com a maior tranquilidade possível.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Criança. Família. Socioafetividade. Novo conceito.

³⁹ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.bianca.borges@doctum.edu.br

⁴⁰ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.marqueli.rigotti@doctum.edu.br.

⁴¹ Aluno(a) do Curso de Direito das Faculdades Doctum de Guarapari. Contato: aluno.roberta.lourenco@doctum.edu.br.

⁴² Professor(a) das Faculdades Doctum de Guarapari. Orientadora deste trabalho. Especialista em Direito Público; cristinapalaoro@hotmail.com